

A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil

Não é fácil tratar este tema historicamente, pois a documentação raramente se refere especificamente à mulher e, por outro lado, aquela que diz respeito à mulher no Brasil não discrimina as populações femininas por núcleos de imigração, falando genericamente da mulher brasileira. Dado que as nossas balizas cronológicas vão de meados do século XIX até 1930, servimo-nos fundamentalmente de documentação escrita, sem utilizar métodos de história oral, sem dúvida os mais fecundos quando se trata da imigração portuguesa mais recente.

Contávamos inicialmente sobretudo com a imprensa periódica da colônia portuguesa, mas não só ela se revelou escassa em informações relevantes, como também de muitos jornais ou revistas se conservaram apenas um ou dois números, sendo portanto impossível seguir a série do periódico.

Para darmos uma ideia da insuficiência desta fonte basta citar o caso da *Revista do Retiro Literário Português*, no seu n.º 1, de 30 de Julho de 1882. Publicada no Rio de Janeiro, esta revista era o órgão de uma associação cultural que se reunia semanalmente e que colocava em discussão temas como este: «A educação científica da mulher pode influir benéficamente na constituição da família e da sociedade?» O debate ocupou duas sessões, mas só homens defenderam a posição pró ou contra a educação científica da mulher. Aliás, tais debates são transcritos no periódico de forma muito sucinta, sem nos permitirem formar uma ideia da argumentação utilizada num e noutro caso. Sabemos apenas que um dos adversários da educação científica da mulher achava que ela iria prejudicar «seus deveres como mãe de família, portas dentro do lar doméstico».

Neste mesmo número da revista, numa rubrica intitulada «Sociologia», se defendia a ideia de que a mulher não era apenas objecto de devaneio para poetas, mas também um objecto de análise racional. Só que continuamos perante uma abstracção «mulher», sem qualquer determinação temporal, geográfica ou étnica:

Ente humano a quem são comuns os defeitos e virtudes da nossa própria natureza, tem, como nós, sobre a Terra uma missão distinta da nossa, é certo, mas tão intimamente ligada que lhe serve de complemento.

Mulher complemento do homem, a outra face de uma mesma moeda. Em outros periódicos, as mulheres só têm lugar nas alusões a determinadas formas de sociabilidade, como bailes, concertos, representações

* Universidade de São Paulo.

teatrais, etc. O *Eco Português*, semanário publicado em São Paulo, no seu n.º 11, de 27 de Junho de 1897, dedicava uma pequena notícia à enfermidade de uma dama local:

Tem passado bastante doente em Santos a distinta Sr.^a D. Amélia da Cruz Maia, virtuosa esposa do nosso patricio e amigo Sr. Cruz Maia e nossa prezada colaboradora. Fazemos votos pelas melhoras de tão distinta senhora.

A ressaltar aqui apenas o facto de as damas da sociedade portuguesa costumarem colaborar, se não em jornais diários ou de cunho político, pelo menos em periódicos de cunho cultural.

Vejam agora o que nos foi dado conhecer por outras fontes.

Quando, em meados do século XIX, teve início o fluxo emigratório para o Brasil, podemos afirmar que ele foi predominantemente masculino e, o que é ainda mais importante, constituído por menores de idade. O que significa, portanto, que poucas eram as famílias que embarcavam e, por outro lado, que esses jovens que partiam sem laços matrimoniais casavam quase sempre com brasileiras. Quantitativamente, temos assim um contingente feminino português muito reduzido no Brasil, como podemos verificar pelas respostas ao questionário formulado pelas autoridades portuguesas na década de 70 do século passado, no qual se inquiria, junto dos cônsules das várias províncias brasileiras, entre outras coisas, quais os efectivos de imigrantes por sexo.

Em 1872, o cônsul-geral no Rio de Janeiro afirmava:

Os registos do consulado-geral mostram 49 610 entrados nos últimos dez anos em navios de vela, sendo maiores, do sexo masculino, 35 740 e, do sexo feminino, 4280; dos mesmos, casados 13 240 e solteiros 22 500; menores, 9590; em família, 920, conforme é demonstrado pelo mapa anexo (documento A)¹.

Muito embora estes dados não fossem completos, pois neles não estavam incluídos os que chegavam como passageiros de vapores e aqueles que entravam clandestinamente, vemos claramente que o contingente feminino constituía apenas um oitavo dos imigrantes.

No mapa referido pelo cônsul-geral constam os locais de procedência, mas sem estabelecer diferença entre homens e mulheres. É natural, contudo, que também o elemento feminino procedesse, na sua maioria, do Norte de Portugal ou das Ilhas e certamente muito poucas lisboetas chegassem ao Brasil.

O consulado da Baía forneceu os seguintes dados em 1872:

Habilitaram-se neste decénio 1498 pessoas, sendo 198 casados, 38 viúvos, 1262 solteiros.

Num total de 1498 imigrantes, apenas 64 eram mulheres, ou seja, 4,2%².

¹ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração. 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 164.

² Id., *ibid.*, p. 189.

Já o cônsul do Pará e do Amazonas, que, como ele próprio diz, não usou nas suas respostas uma «linguagem aritmética», afirmou:

Não é exageração dizer-se que é menos de 2% a importação do sexo feminino em relação à do masculino³.

A correspondência consular não se mostra muito loquaz acerca das imigrantes. O cônsul do Recife comentava em 1857 que ali chegavam «até concubinas, acompanhando homens casados como suas mulheres», e pedia que as autoridades portuguesas fossem mais cuidadosas na concessão dos passaportes⁴. O mesmo cônsul insistia em 1858 em que «de forma nenhuma se deve consentir no embarque de raparigas para o Brasil, sem que acompanhadas de pai, marido ou irmão». Isto porque, alegava ele, «independente do risco a que vêm sujeitas a bordo entre marujos (o que já é uma imoralidade), novos perigos as esperam em terra, que me não é possível afastar e que nos envergonham»⁵.

Começam aqui as alusões à prostituição, que aparece como a ocupação predominante dessas portuguesas que emigravam sozinhas para o Brasil. O cônsul do Rio, em 1863, queixava-se de um capitão de navio que se recusara a apresentar no consulado algumas raparigas que «vinham a bordo para serem entregues a uma mulher de maus costumes», o que efectivamente aconteceu⁶.

Em 1872, o presidente da Caixa de Socorros de D. Pedro V dirigiu um informe ao cônsul acerca dos socorros prestados por aquela instituição aos Portugueses e não deixou de referir o problema da prostituição:

Que direi a V. Ex.^a do espectáculo verdadeiramente contristador que oferece a parte feminina dos imigrantes portugueses? Pobres mulheres, no verdor dos anos, sem instrução que lhes ilumine o entendimento, delas se pode dizer que do barco que as traz se vão direitas ao prostíbulo⁷.

E prosseguia:

As ruas onde se agrupam estas infelizes em número espantoso oferecem um espectáculo que nenhum português contempla sem corar de vergonha e indignação. Gritos que denunciam a origem nacional daquelas mulheres, o vocabulário horrível que lhes é próprio, são clamores que têm eco nos corações bem formados, e a Caixa de Socorros procura estudar quais meios serão eficazes para minorar esta desgraça, cuja consequência única, inevitável, fatal, é a morte de todas aquelas infelizes, depois de breve estada nos hospitais públicos.

Em 1875, o cônsul-geral do rio de Janeiro denunciava, entre outros contratos de trabalho, os «contratos das prostitutas, infelicíssimas vítimas da ignorância e do vício, que de Portugal vêm iludidas com a promessa de grandes lucros e aqui são exploradas em ignóbil tráfico, saindo em breve do alcouce para o hospital, donde ordinariamente seguem para o cemitério»⁸.

³ Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 191.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 74.

⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 79.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 122.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 176.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 210.

Ramalho Ortigão, que nas *Farpas* de Dezembro de 1872 também se debruçou sobre a emigração portuguesa para o Brasil, a fim de a criticar, baseando-se em dados fornecidos pelo Governo Civil do Porto, afirmava que nos últimos dez anos dali tinham seguido 24 000 emigrantes, dos quais 3561 eram mulheres.

A parte do País que envia maior quantidade de mulheres para o Brasil são os Açores. Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Rio de Janeiro, muitas delas a bordo mesmo dos navios que as transportam. Escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as loiras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes: «Quando chegar o paquete próximo, mande-me duas caixas de vinho do Porto e uma *ilhoa* gorda de 18 anos e olho preto.»

Não há aqui referência à prostituição organizada, mas sim a insinuação de que mesmo aquelas portuguesas que recebiam contratos de trabalho nas fazendas se destinavam também a outras ocupações junto dos fazendeiros. Será pura retórica de um Ramalho Ortigão desejoso de pintar da maneira mais negra possível a situação do emigrante português no Brasil, ou haverá alguma parcela de verdade nessa suspeita?

A correspondência consular, por seu lado, escassas referências faz ao trabalho feminino, mas sabemos que o cônsul do Rio de Janeiro em 1862, ao ter conhecimento de uma barca brasileira que chegara do Faial com imigrantes, foi a bordo e, como entre os passageiros viessem muitos menores, reclamou que lhe fossem entregues aqueles que vinham sem pais. Entre estes havia 4 meninas, a quem procurou colocação. Nada diz, porém, acerca do emprego obtido⁹.

Era provável que fossem contratadas como criadas, como ocorreu em 1867 com outras moças vindas também da ilha do Faial:

Ali contrataram com António Dias de Sousa Castro, negociante na Rua de S. Pedro, n.º 74, nesta cidade, e que se achava a bordo justamente a procurar criadas.

Na presença do cônsul do Rio, foram as duas moças ajustadas com um salário mensal de 20\$000 réis cada uma¹⁰.

No Pará, em 1872, ajustavam-se «criadas de todo o serviço de cozinha, lavagem e goma» por 1\$600 a 1\$800 réis diários, o que dava um salário mensal menor do que o recebido por cozinheiros, que nas casas de pasto ou em casas particulares ganhavam entre 45\$000 e 150\$000 réis mensais¹¹.

⁹ Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 111.

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 145.

¹¹ *Id.*, *ibid.*, p. 197. Em 1901, a *União Portuguesa*, órgão dos interesses portugueses no Brasil, publicado no Rio de Janeiro, trazia no seu n.º 518, de 10 de Outubro, 12 anúncios, 6 dos quais diziam respeito a mulheres. 4 deles ofereciam mão-de-obra feminina portuguesa «para cozinhar e mais serviços de casa», «para cozinhar em casa de família de tratamento ou comércio», ou simplesmente para cozinhar, sendo um deles mais explícito:

Aluga-se uma cozinheira portuguesa, chegada, moça de forno, fogão e massas, de toda a confiança.

Os dois anúncios restantes pediam mão-de-obra feminina, branca, podendo ser portuguesa ou brasileira.

Torna-se ainda mais difícil conhecer a situação da mulher quando ela acompanhava o marido na emigração. Viria como simples acompanhante, ou ela própria recebia uma proposta de trabalho? Quando não havia filhos pequenos, é natural que esta última hipótese se verificasse, como ocorreu com um tal Joaquim de Sequeira Pinto, que veio do Porto com a mulher para trabalhar na fábrica de Santo Aleixo, em Magé, na província do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma fábrica de fição e o contrato foi assinado no Porto em 1873, com a seguinte cláusula:

Nos obrigamos, com os nossos serviços na mesma fábrica, a pagar a quantia de cento e trinta e oito mil e novecentos réis (138\$900 réis), que nos foram abonados para as nossas passagens e mais arranjos¹².

Mas nada era dito acerca dos salários que receberiam. De qualquer modo, para o que aqui nos interessa, vemos que marido e mulher se dispunham a trabalhar, mas o contrato só foi assinado pelo homem em nome da mulher, sem que esta exprimisse de alguma maneira a sua aquiescência ao trato feito.

As referências à actuação das mulheres surgem quase sempre em contextos bem definidos, sendo um deles o desempenho de um papel caritativo e de beneficência. Assim, por exemplo, quando, em Outubro de 1918, a cidade de São Paulo foi assolada pela chamada «gripe espanhola» e o pânico e a falta de víveres e de medicamentos tomaram conta da população, coube à Cruzada das Mulheres Portuguesas, liderada por D. Amélia Perestrelo Câmara, a tarefa de distribuir aos pobres alimentos e remédios, comprados com as somas resultantes de uma subscrição pública. Esta subscrição foi uma iniciativa tomada por instituições portuguesas, como o Real Centro Português, o Centro Republicano Português e a Sociedade Beneficente Vasco da Gama, sob a coordenação da Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Artes de São Paulo. Vemos assim que, nos socorros prestados à população paulistana, a parte de organização e financiamento cabia a instituições predominantemente masculinas, enquanto a tarefa caritativa era deixada ao elemento feminino da colónia.

Aliás, nesta época, graças ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, aqui se concentrava o maior número de mulheres portuguesas, superior mesmo ao do Rio de Janeiro¹³.

Pelo censo brasileiro de 1920 havia no Brasil 433 577 portugueses, dos quais 142 379 eram mulheres¹⁴. Portanto, no início do século xx, a imigração portuguesa tinha mudado de características. A percentagem de imigra-

¹² Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 208.

¹³ *A Imigração e as Condições do Trabalho em São Paulo*, São Paulo, Tipografia Brasil, de Rothschild & C.^a, 1915. Esta obra, publicada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Departamento Estadual do Trabalho, Secção de Informações, fornece dados sobre a anterioridade da imigração portuguesa em relação aos demais núcleos imigratórios, que só começaram a chegar em 1873. Em 1840 tinham entrado 80 portugueses; em 1851, 53; em 1852, 230; em 1853, 379; em 1854, 451; em 1855, 618; em 1856, 490; em 1857, 294; em 1858, 92; em 1867, 29; em 1869, 117, em 1871, 18, e em 1873, 135. Só no ano de 1856 tinham entrado também 37 espanhóis e 13 austríacos em 1872. Esta obra não fornece, contudo, a separação por sexos do fluxo imigratório português, que entre 1827 e 1914 atingiu um total de 254 705 indivíduos.

¹⁴ Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 253.

ção feminina aumentara para 32,8%, o que mostra claramente que agora eram sobretudo as famílias ou, pelo menos, os casais que emigravam.

Essas mulheres estavam assim distribuídas:

Estados	Mulheres
Distrito Federal	54 734
São Paulo	65 283
Rio de Janeiro	7 263
Minas Gerais	4 816
Pará	2 954
Rio Grande do Sul	2 075
Amazonas	1 889
Pernambuco	1 052
Baía	743
Paraná	406
Espírito Santo	405
Mato Grosso	214
Território do Acre	87
Maranhão	81
Santa Catarina	93
Goiás	77
Ceará	66
Alagoas	56
Paraíba do Norte	25
Sergipe	30
Rio Grande do Norte	17
Plauí	13
Total	142 379

Em conclusão: a menos que a correspondência consular brasileira em Portugal, nomeadamente nas principais cidades de recrutamento ou de embarque de emigrantes, venha a trazer alguma contribuição mais substancial ao estudo da situação da mulher portuguesa no contexto da emigração para o Brasil, a pesquisa nesta área só será rendável a partir da década de 30 do nosso século, com técnicas de investigação que analisem o comportamento feminino durante as três últimas gerações, através de um questionário bem montado e de um número suficiente de entrevistas nas várias regiões de imigração no Brasil. Os dados assim colectados poderão ser eficazmente trabalhados com microcomputadores, que, a partir do ano que vem, estarão já à disposição dos pesquisadores na Universidade de São Paulo, onde serão distribuídos 2000 pelas várias unidades e onde os professores e alunos terão também cursos que lhes permitam utilizá-los de maneira adequada. Dois pesquisadores, um brasileiro, Robert Levine, da Universidade da Florida, e José Carlos Meihy, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, iniciaram já um trabalho conjunto, mas com microcomputadores privados, sobre, respectivamente, as três últimas gerações de imigrantes judeus e árabes.

Creio que só indo nesta direcção, aliando as técnicas de história oral com o uso do microcomputador, poderemos chegar a conclusões mais abundantes sobre a mulher portuguesa no Brasil, de 1930 aos nossos dias. Para o período anterior, a documentação é muito escassa e, quanto à bibliografia existente, ela não discrimina a imigrante portuguesa do resto da população feminina. Um pequeno artigo de June H. Hahner, «Changing structure of

women's employment in urban Brazil, 1850-1920»¹⁵, mostra que em meados do século XIX é que apareceram no Brasil as primeiras oportunidades de trabalho assalariado feminino em escolas, por exemplo, mas antes da abolição da escravidão o serviço doméstico ocupava 129 816 escravas, a costura 40 766 e a tecelagem 12 384 (censo de 1872). Ora a doméstica portuguesa só era, portanto, contratada em casos especiais, quando as famílias preferiam ter uma criada branca em vez das escravas. Depois da abolição, em 1888, as negras continuaram como criadas, cozinheiras, amas, lavadeiras, vendedoras e prostitutas. No fim do século XIX e início do XX começa a aumentar o número das operárias (70% na indústria têxtil), que eram preferidas por receberem menores salários do que os homens. Mas que percentagem seria de portuguesas? Ignoramos. Aliás, sabe-se que, no Brasil, só em 1932 surgiu a primeira lei sobre o trabalho da mulher¹⁶.

Dois volumes foram já publicados de bibliografia anotada sobre a mulher no Brasil, mas também estes não se referem em especial à mulher imigrante. No caso da portuguesa, as interrogações permanecem para o período em questão: além de serem criadas ou prostitutas, ou de eventualmente trabalharem em meio rural, que outras actividades desempenhavam as imigrantes, viessem elas sozinhas ou acompanhando maridos ou pais? Deixo aqui uma advertência final: enquanto os historiadores portugueses e brasileiros não aprofundarem nos dois países os estudos sobre a imigração para o Brasil, pouco se poderá dizer acerca da mulher neste contexto de imigração e principalmente para o período até 1930. No Brasil, a imigração portuguesa tem sido pouco estudada; em Portugal não se passa o mesmo, mas os estudos efectuados referem-se sobretudo à imigração recente e principalmente para os países europeus. Esperamos que deste encontro algo de novo possa surgir neste campo de investigação.

¹⁵ June Hahner, *Changing structure of women's employment in urban Brazil, 1850-1920*, s. l. n. ed., 15 pp. dactilografadas.

¹⁶ Helvécio Xavier Lopes, «O trabalho feminino no Brasil», in *Revista Forense*, Rio de Janeiro, 77: 205-209, Fevereiro de 1939.